



Uma aventura no Caribe

A presença brasileira no Haiti pode ser vista como um gesto de solidariedade internacional ou como uma forma de obter prestígio entre as grandes nações. Ou ambas. Em qualquer hipótese, o risco é grande

Armando Sartori

O governo brasileiro parece seriamente empenhado em cumprir seu papel no Haiti. Na última semana de outubro o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, conversou com o chanceler francês Michel Barnier para tratar da aceleração da reconstrução do país e da necessidade de completar o mais rapidamente possível o contingente da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah). Dos 6.700 soldados previstos, apenas 3.200 estavam no Caribe, entre os quais 1.200 brasileiros. No início do mês, durante a visita do secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, ao Brasil, o ministro e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já haviam manifestado o mesmo desejo. França e EUA foram os mais interessados em que o Brasil assumisse o comando da força da ONU, enviada ao Haiti para tentar estabilizar a crítica situação que o país vive desde a queda do presidente Jean Bertrand Aristide, no final de fevereiro deste ano.

O ministro Amorim tem se manifestado ardorosamente a favor da participação brasileira na missão. Na França, ele disse que o Haiti não pode ser “o filho enjeitado da América Latina”.

Mas, além da solidariedade manifestada por Amorim, há outro evidente interesse do governo brasileiro no caso: o de ganhar prestígio para concorrer a um cargo permanente no Conselho de Segurança (CS) da ONU, o restrito clube de países com direito a veto na política internacional.

Caminho tortuoso O governo Lula, no entanto, parece ter avaliado mal as dificuldades que esse caminho para chegar ao CS apresentaria. Relatórios dos próprios militares brasileiros informam que, nos próximos seis meses, aumentará o risco de os integrantes da tropa brasileira serem vítimas de emboscadas na região de Porto Príncipe, a capital haitiana. Roberto Mangabeira Unger, que foi candidato à vice-presidência em 2002 na chapa do hoje ministro Ciro Gomes, escreveu em artigo na *Folha de S. Paulo*, intitulado “Aventura subimperial”, que os soldados brasileiros estão no Haiti por uma razão mais prosaica: “fazer média com os americanos”, que não pretendem envolver-se em nova aventura em período eleitoral e têm que dar conta do Iraque. Média ou não, o entrelaçamento de interesses entre Brasil e EUA no Haiti é algo bastante claro

para o professor Thomaz Guedes da Costa, que leciona na Universidade Nacional de Defesa, instituição acadêmica do Departamento de Defesa americano.

Para ele, o sucesso da missão no Haiti é fundamental para os dois lados. “O prestígio do Brasil está em jogo, pois seu desempenho no Haiti afeta a imagem que outros formam sobre a pretensão de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança”. Para os EUA, diz Costa, “está em jogo a estabilidade e a governabilidade num país que, em termos de migração e segurança, faz fronteira com o território americano”. O professor brasileiro tem razão: a importância do Haiti para os EUA pode ser medida pelo fato de os americanos já o terem ocupado entre 1915 a 1932 para defender seus interesses.

A segunda intervenção O jornalista e doutor em História José Arbex, ácido crítico da participação brasileira no Haiti, lembrou em artigo publicado na última semana de outubro na *Folha* que não seria a primeira vez que soldados brasileiros pisam na ilha de Hispaniola (que o Haiti divide com a República Dominicana) atendendo a



Lula e o presidente-interino do Haiti, Boniface Alexandre, em agosto deste ano: o governo brasileiro corre riscos em sua missão no Caribe

interesses dos EUA. Em 1965 o general-presidente Castello Branco enviou ao vizinho do Haiti cerca de mil soldados para participar de uma força da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ocasião, militares leais ao presidente dominicano Juan Bosch, um reformista eleito pouco mais de um ano antes e que foi derrubado por um golpe articulado pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, iniciaram um levante. Trinta mil fuzileiros navais americanos desembarcaram no lado leste da ilha para apoiar os golpistas no poder. “Sob o argumento de que se tratava de uma conspiração urdida por Fidel Castro”, escreveu Arbex.

Agora, diz o jornalista, o fato se reproduz no lado ocidental da ilha. Aristide, o presidente deposto neste ano, um ex-padre ligado à Teologia da Libertação, foi eleito presidente pela primeira vez em 1990, com 67% dos votos. Apenas sete meses depois de sua posse foi deposto, segundo Arbex, por um golpe articulado por George Bush, pai do atual presidente dos EUA, George W. Bush. Aristide foi reconduzido ao poder em 1994 com apoio de Bill Clinton, que enfrentava uma crise provocada pelos refugiados haitianos que tentavam chegar clandestinamente a Miami. Em 1995, Aristide passou o cargo para René Préval, também eleito, fato inédito na história haitiana. Em 2000, o ex-padre tornou a vencer a eleição presidencial, num pleito controverso, em que seus adversários boicotaram a disputa.

No final de fevereiro deste ano,

trado pelos americanos e colocado num avião que o desembarcou na República Centro-Africana.

Para o advogado Brian Concannon, ex-membro de missões da ONU e da OEA, “o golpe de fevereiro encerrou anos de progresso democrático no Haiti”. Em um artigo publicado na edição de agosto da revista *Caros Amigos* ele faz um curto balanço do governo Aristide. Diz que havia problemas de criminalidade, corrupção e estagnação econômica. Mas destaca que isso convivia com um grau de liberdade de imprensa nunca visto, uma crescente participação popular na política e com alguma democratização do Judiciário.

Da Flórida ao Haiti De acordo com Concannon, o governo interino que assumiu o país é inconstitucional. O primeiro-ministro Gerard Latortue e os membros de seu gabinete foram escolhidos por um “conselho de sábios” nomeado pelos EUA, diz Concannon. A rigor, diz ele, o próprio Latortue era inelegível, já que passou os últimos quatro anos vivendo em Boca Ratón, uma estância chique no Estado americano da Flórida.

Aumentar o número de soldados da força da ONU, como reclama Amorim, pode parecer indispensável para acabar com o clima de insegurança no Haiti pós-Aristide. Mas será suficiente? A violência, o próprio governo haitiano admite, vem em boa parte da insatisfação dos partidários de Aristide. Como neutralizá-los?

O quadro atual não é inédito na história haitiana. O país é o segundo mais

Aristide deixou o cargo, devido a “um golpe apoiado por tropas dos EUA e localmente liderado por gente como os torturadores Prosper Avril e Guy Phillippe”, diz Arbex. Segundo a versão de Aristide, apresentada no site *Wikipedia* (www.wikipedia.org), ele foi seqües-

antigo Estado independente do Hemisfério Ocidental. Sua separação da França, em 1º de janeiro de 1804, só foi antecedida pela dos EUA do Império Britânico, em 1776. Um dos aspectos mais significativos desse fato é que a autonomia haitiana foi resultado de uma rebelião de escravos africanos e levou à criação da primeira república negra dos tempos modernos. Isso, no entanto, não impediu que sombras do passado colonial permanecessem atormentando o Haiti independente. Um alto grau de violência – característica do sistema escravista no qual se baseou a ex-colônia francesa – continuou marcando o país desde então.

Em meados do século 18 o Haiti era a mais rica colônia da França. Produzia 60% do café de todo o mundo e 40% do açúcar importado por franceses e britânicos. Era responsável ainda por cerca de dois terços dos lucros comerciais da França no exterior e por cerca de 40% do volume do comércio exterior francês. Mas o sistema de produção que permitiu esses magníficos resultados baseava-se no trabalho escravo.

Tensão racial A população da colônia nessa época pode ser classificada em três grandes grupos: colonos brancos; negros livres (usualmente mulatos, ou *gens de couleur* – povo de cor); e escravos negros. A imensa maioria dos escravos (em 1791 havia entre 500 mil e 700 mil deles) foi trazida da África – poucos deles nasceram na ilha, já que a escravidão ali foi particularmente cruel e abusiva, o que tornava a reprodução da população negra uma raridade. Os mulatos surgiram do concubinato, a que mulheres africanas eram submetidas pelos senhores brancos.

As relações entre esses grupos, especialmente entre negros e mulatos, foi complexa e conflituosa. A *gens de couleur*, mesmo livre, não podia exercer certas profissões, casar com brancos ou vestir roupas européias. Mas isso não impediu que se tornasse proprietária de terras e que alguns chegassem a acumular patrimônio. Conflitos violentos entre brancos e escravos foram comuns. Bandos de cativos fugidos, conhecidos como marrons, se aglutinaram em bastiões nas

montanhas e florestas, de onde atacavam as propriedades senhoriais. Os mulatos, por sua vez, participavam comumente da milícia colonial, utilizada pelos brancos para controlar os revoltosos. Mas esse compromisso entre brancos e a *gens de couleur* foi instável. Os eventos da Revolução Francesa de 1789 levaram ao fim do acordo: a Assembléia Nacional, em Paris, requereu à Assembléia Colonial, formada por brancos, que garantisse o sufrágio para os negros livres. O pedido foi recusado, o que produziu a primeira rebelião mulata em 1790. Os colonialistas brancos utilizaram então uma tática recorrente para sufocar o levante: açularam a tensão entre negros e mulatos, reforçando a milícia com voluntários negros. Em agosto de 1791 uma revolta de escravos sacudiu toda a colônia. A rebelião foi violentíssima: propriedades, campos, fábricas e qualquer coisa que pertencesse aos senhores brancos foi queimado. Todo branco encontrado pelos rebeldes foi morto. O levante, que deixou 10 mil negros e 2 mil brancos mortos e mais de mil propriedades rurais arrasadas, fracassou, no entanto.

Abolição e independência A Assembléia Nacional concedeu cidadania francesa à *gens de couleur* e estabeleceu direitos iguais aos dos colonos brancos. Comissários franceses, despachados em 1792 para a ilha, deram apoio aos negros livres, em meio a uma situação anárquica. Forças espanholas e britânicas envolveram-se na guerra civil. Em 1794 foi decretada a

abolição dos es-

cravos e o ex-cativo Toussaint L'Ouverture organizou um exército que expulsou ingleses e espanhóis de toda a ilha.

Em 1801 ele foi nomeado governador vitalício e promulgou uma Constituição, mas acabou preso e enviado à França, onde morreu na prisão. Em 1803, os generais Jacques Dessalines e Alexandre Pétion expulsaram os franceses e a independência foi proclamada. Dessalines tornou-se imperador, mas foi assassinado em 1806. A parte oriental da ilha foi retomada pela Espanha.

Dos tempos coloniais o Haiti herdou uma sociedade em que predomina uma pequena elite urbana, descendente da *gens de couleur*. Do outro lado está a imensa maioria negra, camponesa, descendente dos escravos. Nas primeiras décadas após a independência foi criada a estrutura de um Estado apoiado na aliança entre militares e comerciantes em ascensão, que se nutria em grande parte dos impostos cobrados dos agricultores. Segundo Robert Fatton, da Universidade de Virgínia, autor de um livro lançado no ano passado sobre a política haitiana, no país estabeleceu-se um tipo de democracia predatória, apoiada numa “economia extremamente fraca na qual não há nem uma burguesia clássica nem uma grande classe operária”. O resultado, diz ele, é uma *politique du ventre* (política do ventre), que gerou uma classe de “grandes comensais”, que luta para apropriar-se dos postos no Estado para satisfazer seus interesses privados. Essa disputa acirrou-se ao longo do

tempo porque a agricultura haitiana, devastada durante a rebelião dos escravos, base de sustentação do sistema, também se enfraqueceu. Ao mesmo tempo, ocorreu um aumento da população urbana, dependente dos empregos estatais. Isso ajuda a entender as diversas e violentas crises políticas que o Haiti viveu e vive: entre 1804 e 1915, por exemplo, o país teve



Aristide e Clinton, em 1994: os americanos ajudaram a reconduzir o ex-pai à Presidência, para acabar com a crise dos refugiados

26 governantes, entre imperadores, presidentes perpétuos e presidentes. Desses, apenas um não era general ou aliado dos militares. E todos, menos um, foram derrubados por rebelião ou golpe, assassinato, envenenamento, explosão ou exílio forçado. Desde a independência, o país passou por 32 golpes de Estado.

Maldição colonial A destituição de Aristide, as mais de 50 mortes violentas ocorridas em Porto Príncipe ao longo de outubro em confrontos envolvendo partidários do ex-presidente, nada disso é inusitado na história do Haiti. O país carrega como que uma espécie de maldição, nascida há dois séculos, paradoxalmente de um belo e singular exemplo de luta pela independência. O resultado, infelizmente, é que de jóia do império colonial francês, o Haiti se transformou na nação mais pobre de toda a América – seus 8 milhões de habitantes vivem hoje em média com pouco mais de US\$ 1 por dia.

Diante dessa perspectiva, a participação da tropa brasileira é, na melhor das hipóteses, na versão quase ingênua apresentada pelo ministro Amorim, temerária. E, se na pior das hipóteses for um gesto para agradecer os EUA, mirando um lugar permanente no CS, parece ser um risco muito mal calculado.

